

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Valor Econômico

Título: Decreto que inclui Eletrobrás no programa de desestatização poderá ser publicado hoje.....	18
Título: Reive Barros, ex-diretor da agência, assumirá EPE.....	19
Título: Em ofício, Aneel aponta risco em emendas à MP 814	20
Título: Eletrobrás adia venda de distribuidoras	23
Título: Privatização não sai antes das eleições, diz pesquisa.....	24
Título: Companhias de utilities ficam mais vulneráveis	30

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: União inesperada	3
Título: Privatizar sem fechar	3
Título: Para crise não se agravar, Justiça autoriza antecipação de royalties	5
Título: Dupla jornada.....	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Procuradoria vê tarifa mais cara com venda de parte da Eletrobrás	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Melhor, estraga.....	11
Título: Tensões globais afetam preços do petróleo	11
Título: Distribuidoras da Eletrobrás já consumiram R\$ 3,7 bi em dois anos	12

Título: Petrobrás estuda alternativas para driblar licitações	14
Título: TCU quer garantir cumprimento da nova Lei das Estatais.....	16
Título: Mercado aposta em nova proposta por Eletropaulo.....	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Decreto que inclui Eletrobrás no programa de desestatização poderá ser publicado hoje.....	18
Título: Reive Barros, ex-diretor da agência, assumirá EPE.....	19
Título: Em ofício, Aneel aponta risco em emendas à MP 814	20
Título: Minério leva a recuo de prévia do IGP-M	22
Título: Eletrobrás adia venda de distribuidoras	23
Título: Privatização não sai antes das eleições, diz pesquisa.....	24
Título: Petrobras libera UTC, mas ainda mantém 17 em bloqueio.....	25
Título: Cinco candidatos disputam vagas de minoritários no conselho da estatal.....	26
Título: Preços do níquel sobem 10%, maior alta diária desde 2008	28
Título: Ibovespa encosta nos 86 mil pontos com Vale e siderúrgicas.....	29
Título: Companhias de utilities ficam mais vulneráveis	30
Título: Ataque pode custar R\$ 7 bi diários ao setor elétrico.....	32
Título: Petrobras reforça medidas contra vazamento de informações	33

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: União inesperada**

Poder em jogo

Adversários, PT e PSDB travam juntos a instalação da comissão especial na Câmara que vai discutir o **projeto de modernização do setor elétrico**. Até agora não indicaram representantes. O projeto promete expandir o mercado livre de energia e recuperar o setor devastado por medidas tomadas no governo Dilma Rousseff, em 2013. Os novos rumos do setor elétrico foram debatidos pelas empresas durante a Consulta Pública 33, encabeçada pelo ex-ministro Fernando Coelho Filho (DEM).

Só ano que vem

O projeto de privatização da Eletrobrás seria derrotado se fosse votado hoje na comissão especial que analisa a proposta. Segundo integrantes, teria não mais que 20 dos 62 votos. O setor financeiro já não acredita na aprovação neste ano.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Albano Franco****Título: Privatizar sem fechar**

O Brasil é reconhecido como uma potência agrícola. Responde por 12% da produção mundial de grãos e se destaca como o maior exportador do planeta. A safra recorde de 2017 atingiu 242 milhões de toneladas e foi 15,3% maior que a de 2015, então a maior de todas. A relação produção/ área plantada vem se elevando de forma exponencial, o que atesta os contínuos ganhos de produtividade que, nos últimos anos, cresceram 229,4%.

Reflexo da utilização massiva de máquinas, implementos agrícolas e insumos modernos, a agricultura brasileira, capitaneada pelo agronegócio, tem contribuído para o crescimento das exportações e para o equilíbrio das contas externas do país. Claro está que, sem o bom desempenho da agricultura, a recessão de anos recentes teria sido ainda mais severa.

A continuidade desse modelo virtuoso de expansão intensiva da agricultura e, em consequência do agronegócio, vai depender dos aumentos cada vez maiores de produtividade, e os fertilizantes nitrogenados, potássicos e fosfatados

assumem papel relevante nessa busca contínua de eficiência. O Brasil produz 30% de suas necessidades de fertilizantes, com destaque para os nitrogenados, já que 95% do cloreto de potássio e uma expressiva quantidade dos fosfatados vêm do exterior.

Com a recente decisão da Petrobras de hibernar, ou seja, desativar a produção de suas três fábricas de nitrogenados de Camaçari (BA), Laranjeiras (SE) e Araucária (PR), com capacidade para, conjuntamente, produzir 1,8 milhão de toneladas de ureia e 1,270 milhão de toneladas de amônia por ano, o Brasil praticamente irá importar quase todo o fertilizante necessário ao desenvolvimento da agricultura e do agronegócio, que vêm a ser o carro-chefe da economia hoje.

Dessa forma, o país ficaria completamente dependente de importações de insumos estratégicos para um conjunto de atividades produtivas decisivas para a economia nacional. A causa para a hibernação alegada pela petroleira é a de que essas fábricas estão dando prejuízos. Ora, são unidades industriais que operam há muito tempo — a da Bahia há 47 anos; a de Sergipe, há 36 — ininterruptamente.

Já a do Paraná entrou em operação em 2013. Fica claro que tais prejuízos são de anos recentes, considerando que a Petrobras não instalaria mais uma fábrica no Paraná se a de Sergipe e a da Bahia fossem cronicamente deficitárias.

Episódicos, esses prejuízos podem desaparecer com uma rigorosa reestruturação administrativa, acompanhada da redução de custos dos insumos básicos — gás natural, água e energia elétrica — perfeitamente equacionáveis num trabalho conjunto entre a Petrobras e os governos dos estados interessados em manter essas fábricas em funcionamento.

No caso de Sergipe, a hibernação ou fechamento da fábrica de fertilizantes nitrogenados (Fafen) destruirá toda uma cadeia produtiva que vai das indústrias misturadoras à logística de transportes, responsável por expressiva parcela da renda interna do estado e pelo emprego de milhares de profissionais de diversas categorias.

Em último caso, se realmente for interesse da Petrobras em sair do negócio de fertilizantes, sugere o bom senso que melhor seria privatizar essas fábricas. Fechá-las, nunca!

Albano Franco é conselheiro emérito da CNI e membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio****Autor:****Título: Para crise não se agravar, Justiça autoriza antecipação de royalties**

Governador Pezão havia dito que, sem operação envolvendo cerca de R\$ 2 bilhões, não poderia quitar 13º do ano passado

Na queda de braço com o Ministério Público (MP) estadual, o estado conseguiu uma vitória na Justiça. A juíza substituta da 10ª Vara de Fazenda Pública, Juliana Leal de Melo, negou ontem liminar e manteve a operação de securitização (antecipação de receitas com a emissão de títulos) de royalties de petróleo, realizada no mercado internacional.

Com isso, o contrato assinado na sexta-feira de antecipação de US\$ 600 milhões (cerca de R\$ 2 bilhões), que poderia ser rompido até ontem, está confirmado. O governador Luiz Fernando Pezão chegou a ameaçar não quitar o 13º salário de 2017 de 166.607 servidores ativos, aposentados e pensionistas se o negócio fosse desfeito.

Segundo a Secretaria estadual de Fazenda, são necessários R\$ 1,1 bi lhão para quitar o 13º de todo o funcionalismo. Até agora, 294.683 receberam. Na sua decisão, a juíza ressalta que a ação foi proposta somente um dia depois da assinatura do contrato. E argumenta que, como o governo já está contando com a receita da operação, “deferir a liminar no presente momento pode implicar em grave comprometimento do orçamento público, o que agravaria a crise financeira” do estado.

A juíza, no entanto, acolheu o pedido do MP de acesso a documentos do estado que não estariam sendo disponibilizados. O mérito da ação civil pública ainda será julgado. De acordo com a promotora Karine Cuesta, a operação de securitização causa elevados prejuízos e aumenta ainda mais o rombo das finanças do estado.

Outra operação poderá ocorrer, lembra ela. Isso porque, dos R\$ 11,8 bilhões de receitas antecipadas autorizadas por lei, R\$ 8,65 bilhões foram concretizados, em 2013 e 2014. Com os US\$ 600 milhões (cerca de R\$ 2 bilhões) do contrato firmado esta semana, ainda há mais de R\$ 1 bilhão para ser negociado. Nos cálculos da promotora, as operações de R\$ 8,75 bilhões representaram um prejuízo de cerca de R\$ 10 bilhões ao estado.

Por esses contratos, acrescenta ela, o governo deverá desembolsar R\$ 19,7 bilhões até 2027. Quanto ao negócio fechado na semana passada, o MP estima

que cheguem aos cofres do Rio previdência (detentor dos royalties) apenas R\$ 1,2 bilhão. O restante do dinheiro seria para amortizar dívidas de outras operações e para arcar com os custos da transação.

Pezão contra-argumenta: — Essa operação (de US\$ 600 milhões) foi bi aprovada pelo Conselho do Rioprevidência, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas dos Estado. Então, para mim, foi uma grande surpresa essa ação do MP. Quando apresentamos ao TCE, eles viram que era uma emissão antiga (lei de 2011, alterada em 2013 e 2014).

O MP, infelizmente, cometeu esse erro. O governador alegou ainda que não é o primeiro a realizar esse tipo de operação para renegociação de dívida: — Essa operação de securitização é feita há muito tempo. O primeiro a fazer foi o Garotinho, em 1999, na época, com o ministro Pedro Malan e com o presidente Luiz Fernando Henrique, que pagamos até hoje.

A dívida do estado foi renegociada. O primeiro a fazer este tipo de operação foi o ministro Pedro Malan, que renegociou toda a dívida do estado, lastreada em royalties de petróleo. É um absurdo o que foi colocado pelo MP.

Colaborou Elenilse Bottari

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto, Ramona Ordoñez E Rennan Setti

Título: Dupla jornada

Presidente da Petrobras aceita convite de Abilio para liderar Conselho da BRF, e ação dispara 9,5%

SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO - O presidente da Petrobras, Pedro Parente, aceitou ontem o convite do empresário Abilio Diniz para substituí-lo à frente do Conselho de Administração da BRF. Foi mais um lance da disputa acionária travada entre Diniz e fundos de pensão na cúpula da empresa, maior processadora de carne de frango do mundo e dona das marcas Sadia e Perdigão, que acumula prejuízos de R\$ 1,5 bilhão nos últimos dois anos. A notícia levou as ações da BRF a saltarem 9,51% ontem, a maior alta desde 2011. Parente, que também é presidente do Conselho de Administração da B3 (antiga BM&F Bovespa), manterá o cargo de presidente executivo da Petrobras, cuja recuperação que iniciou há quase dois anos ainda está em curso. Na BRF, ele não participará da gestão da empresa, mas atuará na supervisão das decisões estratégicas da diretoria da companhia para sair da atual crise. Parente só assumirá o Conselho da BRF se seu nome for aprovado na assembleia geral de

acionistas da companhia, convocada para o próximo dia 26. Uma nova reunião extraordinária do Conselho será realizada hoje para cancelar a indicação.

O convite de Abilio, que vem adiando renunciar à presidência do Conselho da BRF nas últimas semanas, foi mais uma tentativa do empresário de manter influência na empresa. Parente funciona como o nome de consenso entre Abilio e os fundos de pensão. Até anteontem, a tentativa de acordo passava pela indicação do ex-ministro Luiz Fernando Furlan, um dos principais acionistas da empresa, para o cargo. Em comunicado, a Península, gestora de recursos da família Diniz, confirmou que foi Abilio quem propôs o nome de Parente na busca de “um nome de consenso entre os principais acionistas da BRF”. Os fundos de pensão Previ (dos funcionários do Banco do Brasil) e Petros (da Petrobras), que pediram a saída de Abilio, também divulgaram nota apoiando a indicação de Parente para o cargo.

O mesmo fez a gestora de recursos Tarpon, que sempre foi aliada de Abilio. A indicação de Parente foi bem recebida pelos investidores. As ações da BRF já subiam em torno de 3,5% pela manhã, depois de o governo brasileiro ter liberado a retomada das exportações de aves da BRF para a União Europeia (UE), embora a expectativa seja que as unidades da empresa sejam alvo de embargo. Mas dispararam no início da tarde, quando a notícia sobre Parente começou a circular no mercado. As ações da BRF fecharam ontem com alta de 9,51%, em R\$ 23,04. A sessão da B3 registrou o maior volume movimentado pelos papéis da BRF em mais de um mês. R\$ 1,62 BI

RECUPERADOS EM UM DIA

No início da noite, Parente admitiu, por meio de nota, que aceitou submeter seu nome à assembleia da BRF, informando ter sido convidado para a presidência do conselho por acionistas detentores de posições acionárias relevantes da empresa. Parente esclareceu que, caso sua indicação seja aprovada, vai apresentar seu pedido de renúncia à B3 para cumprir a restrição estabelecida em sua posse na Petrobras de só participar do conselho de uma única empresa alheia à estatal, sem que haja conflito de interesses. Na nota, ele também destacou que “não haverá qualquer mudança” no exercício de seu papel à frente da Petrobras. Com a alta de ontem na Bolsa, a BRF recuperou em um único pregão R\$ 1,62 bilhão em valor de mercado. No ano, porém, com a disputa acionária e os desdobramentos da operação Carne Fraca, a empresa segue amargando perda de 37% em seu valor na Bolsa, equivalente a R\$ 11 bilhões. Em 2015, a BRF chegou a valer R\$ 62,9 bilhões na Bolsa. No fechamento de ontem, valia R\$ 18,7 bilhões. — O papel estava apanhando de uma maneira que não é normal.

A junção de uma indicação de nomes fortes para o conselho, de um pregão com fluxo muito positivo e de uma ação já muito desvalorizada resulta nessa correção — afirmou Hersz Ferman, da Elite Corretora. Para representantes de acionistas da BRF ouvidos pelo GLOBO, Parente tem credibilidade para resgatar a imagem da BRF, que foi duramente arranhada depois das investigações da Operação Carne Fraca, que apuram suspeitas de fraudes em laudos sanitários e resultaram inclusive na prisão de ex-executivos da empresa. A avaliação é que Parente está fazendo um trabalho de recuperação da imagem e da gestão da Petrobras, arranhada pela Operação Lava-Jato. — É um nome de peso e credibilidade. Uma ótima cartada neste momento em que não havia consenso entre os acionistas em torno dos nomes para presidir o conselho — disse uma fonte.

DESAFIO DE CONCILIAR REESTRUTURAÇÕES

Por outro lado, há preocupações com a capacidade de o executivo dividir seu tempo entre as duas empresas. Isso porque a BRF, diferentemente da B3, passa por um momento crítico que demanda a tomada de uma série de decisões estratégicas que envolvem o conselho. Além disso, a recuperação da Petrobras, que está diretamente nas mãos de Parente, ainda não está completa. A empresa segue contabilizando prejuízos há quatro anos, como o de R\$ 446 milhões em 2017, e tem uma série de desafios pela frente, como a redução do endividamento, a venda de ativos e a negociação com o governo da revisão do contrato de cessão onerosa pelo qual a estatal recebeu o direito de explorar até cinco bilhões de barris de petróleo na área do pré-sal. Do acordo deve sair um leilão que pode render até R\$ 100 bilhões em arrecadação.

— Parente vai acumular dois cargos importantíssimos, como diretor-executivo de uma empresa enorme e presidente do conselho de outra grande empresa, ambas com agendas difíceis no curto prazo — ponderou um dos atuais integrantes do Conselho da BRF. O atual diretor-executivo da BRF, José Aurélio Drummond, que foi indicado com apoio de Abilio, deve ser mantido no posto. Em Brasília, fontes da área econômica disseram que a decisão de Parente foi pessoal. Não houve pedido do governo para que o presidente da Petrobras ajudasse a BRF. Para Luiz Marcatti, sócio da Mesa Corporate, consultoria especializada em governança corporativa, não há conflito de interesses ou impedimento legal para que Parente se mantenha na Petrobras e atue no conselho da BRF. Até porque o presidente do conselho dá as diretrizes e define os grandes objetivos corporativos da empresa, e não toma as decisões sozinho. Já o presidente ou diretor-executivo de uma companhia está diretamente responsável pela gestão e execução dos planos estratégicos e de negócios.

— Não há conflito entre Parente ser presidente da Petrobras e ocupar o posto de presidente do Conselho da BRF. Um presidente de empresa precisa, em

geral, da autorização do conselho da mesma para assumir um assento no conselho de outra companhia — diz Marcatti. — Outra questão é a disponibilidade de tempo para exercer essa função adicional. Nesta fase de problemas da BRF, Parente precisará destinar um bom tempo de sua agenda para alcançar os resultados que se espera dele. Além da disputa no conselho, a BRF sofre com o possível embargo às exportações de carne de frango pela União Europeia. A empresa, que abate sete milhões de aves por dia, anunciou férias coletivas em pelo menos quatro unidades para ajustar a produção. (Colaborou Martha Beck)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniela Lima

Título:

Painel

Tô fora

Apesar de o Planalto disseminar a versão de que a nova redação do decreto da Eletrobrás foi combinada com Rodrigo Maia (DEM-RJ), o presidente da Câmara já mandou seu recado ao governo. Disse a Eduardo Guardia (Fazenda) que não queria nem sequer ler o texto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Fábio Fabrini De Brasília

Título: Procuradoria vê tarifa mais cara com venda de parte da Eletrobrás

MP no TCU aponta enriquecimento sem causa de agentes privados com modelo de privatização

Procuradora diz, que União perderia R\$ 10,27 bi; R\$ 3,7 bi de outorgas iriam para sócios privados

A venda de seis distribuidoras de energia elétrica, incluída no pacote de reestruturação da Eletrobrás, provocará enriquecimento sem causa de agentes privados e aumento de tarifas ao consumidor. A conclusão consta de um parecer do Ministério Público de Contas, que atua no TCU (Tribunal de Contas da União).

O documento, obtido pela Folha, questiona o modelo adotado para leiloar as empresas e levou a corte a adiar em ao menos 30 dias o julgamento que vai deliberar sobre a aprovação ou não do edital. Inicialmente marcado para 21 de maio, o pregão terá de ser reagendado.

A proposta é a de vender as distribuidoras, que pertencem à Eletrobrás, com as respectivas concessões para a exploração do serviço público, cujos direitos são da União. Essa opção foi feita com o argumento de que seria menos onerosa em R\$ 5,4 bilhões para a estatal de energia.

Para a procuradora-geral do Ministério Público no TCU, Cristina Machado da Costa e Silva, a “venda casada” faria a União perder, no entanto, R\$ 10,27 bilhões em favor da Eletrobrás. Esse valor corresponde às outorgas a serem pagas pelos novos concessionários do serviço.

“A venda associada implica a apropriação indevida pela Eletrobrás da outorga dos serviços. Fosse o capital social da Eletrobrás estritamente da União, os problemas seriam menores. Não obstante, como informado, 36% das ações são de propriedade privada. Assim, por exemplo, uma injeção de R\$ 10,27 bilhões na Eletrobrás significaria a transferência indevida de R\$ 3,7 bilhões para agentes privados, configurando enriquecimento sem causa desses acionistas”, escreveu.

Ela sustenta que parte dos passivos remanescentes das distribuidoras será apropriada à parcela A da tarifa de energia, que corresponde aos custos não gerenciáveis, provocando aumento da conta de luz. “Note-se que o ônus dos R\$ 5,4 bilhões não suportados pela Eletrobrás recairá também sobre os usuários dos serviços”, diz Cristina.

Para ela, o aval para a privatização tem de levar em conta não só a vantagem econômica para a estatal, mas “aspectos patrimoniais da União e a adequação do serviço público ao pleno atendimento” dos cidadãos.

A reestruturação da Eletrobrás é uma aposta do governo Michel Temer para fechar as contas públicas. As distribuidoras foram incluídas no pacote porque, segundo o governo, dão prejuízo à estatal.

Está previsto o leilão das companhias energéticas de PiauÍ (Cepisa), Alagoas (Ceai), Acre (Eletroacre) e Rondônia (Ceron), além da Boa Vista Energia e da Amazonas Distribuidora de Energia. Caso não haja compradores, a opção do governo será liquidar as empresas.

Pelo modelo, aprovado em fevereiro pelo Conselho de Administração da Eletrobrás, a estatal assumirá as dívidas das empresas de distribuição. Elas serão vendidas a preço simbólico, mas os novos concessionários terão de fazer investimentos de R\$ 2,4 bilhões como contrapartida.

A procuradora no TCU questiona a regra que dá à Eletrobrás o direito de comprar, em até seis meses após o leilão, até 30% de participação nas empresas. Para ela, trata-se de um fator de risco a ser considerado na privatização, pois o comprador não saberá se a estatal, de fato, fará essa opção, capitalizando as empresas em questão ou assumindo dívidas, e quanto do objeto leiloadado caberá a ele ao fim.

A integrante do MP de Contas alega que a própria estatal tem propalado que a distribuição de energia não faz parte de seu negócio.

A Folha não conseguiu contato com a assessoria de imprensa da Eletrobrás nesta quarta-feira (18).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Melhor, estraga

Direto da Fonte

Muita gente está se perguntando: afinal, a Eletrobrás vai ser privatizada ou vai ter um aumento de capital, como defendeu anteontem o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun? Segundo explica Wilson Ferreira, presidente da estatal, a Eletrobrás vale hoje algo como R\$ 30 bilhões. A União tem 60% dela – posição acionária de R\$ 18 bi. “Faremos um aumento de capital (follow on) de R\$ 12 bi para pagar as novas outorgas para descotizar nossas 14 hidrelétricas”, explica.

Melhor 2

Assim, a Eletrobrás passa a valer R\$ 30 bi mais R\$ 12 bi, ou seja R\$ 42 bi. Sem o governo vender uma só ação. E continua com R\$ 18 bilhões, mas de uma empresa que agora, pós capitalização, vale R\$ 42 bi. Melhor 3 Com essa operação passiva do governo federal, a União, que tinha 60% do R\$ 30 bi, passa a ter, segundo Ferreira, 43% de uma empresa que vale R\$ 42 bi. Não perde um centavo e ainda fica com uma golden share. Isto é, o poder de veto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Tensões globais afetam preços do petróleo

As cotações do petróleo tipo Brent superaram US\$ 72 o barril na segunda semana de abril e poderão permanecer em nível superior ao previsto há algum tempo pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), que faz parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São vários, segundo o Relatório do Mercado de Petróleo da IEA de abril, os fatores que pressionam o mercado de petróleo e provocam forte volatilidade dos preços. E entre esses fatores ainda não se incluía o bombardeio a alvos na Síria dirigido por Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, ocorrido pouco antes da divulgação do relatório e que impôs novos riscos à estabilidade no Oriente Médio.

A alta dos preços do petróleo começou, modestamente, em março, devido a "tensões geopolíticas, particularmente relacionadas com possíveis sanções sobre o Irã, com a possibilidade de interrupções na oferta", segundo o relatório. Manteve-se com o corte da produção da Venezuela e a diminuição da oferta de petróleo dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que provocou um "impacto substancial" nos estoques da commodity nos países da OCDE.

Não bastassem esses fatores, políticas comerciais protecionistas adotadas nos Estados Unidos pelo governo Trump poderão afetar a economia global e os preços do petróleo e seus derivados. A "escalada das tensões globais" foi citada em recente estudo da OCDE, que incluía entre os principais riscos o do agravamento de disputas comerciais entre as maiores economias (EUA e China), com a ameaça de frustração do comércio e do produto bruto global.

Como grande produtor de petróleo, o Brasil está em boa posição e é pouco afetado pela situação geopolítica. A produção brasileira caiu no início de 2018 com o declínio da extração em áreas maduras e manutenção de plataformas, mas o crescimento previsto para 2018 é expressivo.

Os preços altos do óleo ajudam a Petrobrás, mas são ruins para os consumidores, que pagam mais pelos combustíveis, cujos preços nas bombas subiram 10,5% no primeiro bimestre, segundo a Tendências Consultoria, e continuam em alta. As tensões globais chegam, assim, às famílias, às voltas com a lenta recuperação do emprego e da renda constatada nos indicadores de comércio e serviços.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Distribuidoras da Eletrobrás já consumiram R\$ 3,7 bi em dois anos

Privatizações. Seis subsidiárias da estatal gastam R\$ 202 milhões por mês de recursos que poderiam ser usados para reduzir a conta de luz dos consumidores; para dar fim aos repasses, Aneel defende a venda imediata das empresas para a iniciativa privada

As seis distribuidoras da Eletrobrás que o governo quer privatizar logo, mas que podem ter os leilões suspensos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), gastaram, em quase dois anos, R\$ 3,750 bilhões em recursos dos consumidores, de acordo com informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para dar fim a essa situação, a agência reguladora do setor defende que as empresas sejam licitadas o mais rapidamente possível. Cada mês que as empresas permanecem sem concessionário consomem mais R\$ 202 milhões. Sem a necessidade de bancar essas empresas, o dinheiro poderia ser utilizado para abater a conta de subsídios e programas sociais do governo e, consequentemente, reduzir a conta de luz de todos os consumidores.

O rombo está em um ofício assinado pelo diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, enviado ao Congresso. O TCU sinalizou que o edital só será liberado em um mês por ter dúvidas sobre detalhes do edital, como o preço das distribuidoras, que serão vendidas por valor simbólico de R\$ 50 mil cada.

No ofício, a Aneel esclarece que a licitação das seis distribuidoras é uma “agenda distinta” da privatização da Eletrobrás, e que a decisão de licitá-las “já foi tomada”, tanto pela empresa quanto pelo Congresso e está em fase final.

A Aneel traz uma série de indicadores que mostram que a situação atual dessas empresas, que prestam serviço em caráter precário e temporário, é insustentável no médio e longo prazo. Por isso, o órgão regulador defende a realização do leilão das distribuidoras. “A licitação é a alternativa que melhor atende ao interesse público”, diz o ofício.

A agência ressalta que o vencedor da disputa será aquele que oferecer a menor tarifa, e o concessionário terá fortes incentivos a ser eficiente, melhorar a qualidade do serviço e a reduzir perdas e custos operacionais. Em julho de 2016, a Eletrobrás decidiu, em assembleia de acionistas, não renovar as concessões de suas distribuidoras, que atuam nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí.

Desde então, a continuidade da prestação direta do serviço é responsabilidade da União, que, sem alternativas, designou a Eletrobrás para a função a partir de agosto de 2016. Esse cenário gerou uma situação anacrônica para os envolvidos. Por não ser mais a dona da concessão, a Eletrobrás não aplica recursos próprios nas distribuidoras.

O governo também não tem recursos em caixa para fazer frente às despesas. As tarifas, pagas pelos consumidores locais, não são suficientes para fechar as contas, pois as distribuidoras gastam mais do que arrecadam.

Fundo.

A diferença entre aquilo que é arrecadado pelas tarifas cobradas dos consumidores e aquilo que é efetivamente gasto pelas companhias é paga com recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR).

O dinheiro desse fundo está embutido no valor das faturas pagas pelos consumidores, e recolhidas pelas empresas. Em tese, esses recursos deveriam gerar um superávit para abater gastos da conta de luz de todos os consumidores, bancando uma parte dos subsídios e programas sociais pagos nas tarifas.

No entanto, tem sido emprestado para as distribuidoras desde agosto de 2016. O ofício deixa claro que a situação de designação é insustentável no médio e longo prazo, pois as empresas continuam a prestar serviços abaixo da qualidade mínima exigida e a registrar prejuízos que tornam as concessões insustentáveis.

Sem o dinheiro dos empréstimos, os consumidores locais teriam que arcar com reajustes médios da ordem de 30%. Caso as distribuidoras não sejam licitadas até 31 de julho de 2018, elas serão liquidadas. Nesse caso, a Aneel vai licitar apenas as concessões, ou seja, o direito de explorar o serviço de distribuição de energia. Já as empresas, a quem se vinculam as dívidas e os empregados, perdem a razão social e serão extintas pela Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás estuda alternativas para driblar licitações

Petroleira quer manter atual regime de compras, que será alterado pela Lei das Estatais; fornecedores locais ameaçam ir à Justiça

A Petrobrás estuda uma saída legal para fugir das amarras da nova Lei das Estatais e evitar as licitações em grandes compras, como as de plataformas para o pré-sal. No dia 30 de junho, todas as empresas públicas vão ter de adequar seus regimes de compras à nova Lei, que é mais restritiva que a anterior – um efeito direto da Operação Lava Jato. A petroleira avalia, no entanto, meios de manter o privilégio de convidar um grupo restrito de fornecedores para os

projetos que mantêm em sociedade com petroleiras privadas. Em resposta, a indústria local ameaça ir à Justiça.

A nova lei impõe uma série de exigências às estatais, como a de acabar com a opção da "carta-convite", em que apenas três fornecedores, os mais reconhecidos no mercado, são convidados a participar das concorrências.

Essa possibilidade foi concedida à Petrobrás em 1998, por meio de um decreto, que equiparou o regime de compras da empresa ao do setor privado. Esse formato de contratação de projetos bilionários acabou favorecendo as relações de corrupção entre fornecedores e funcionários da estatal, que foram denunciadas pela Lava Jato e provocaram perdas calculadas em R\$ 6 bilhões pela Petrobrás.

O privilégio de poder comprar sem licitação foi questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que levou o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF). As divergências se encerrariam no fim do mês que vem, quando termina o prazo de adaptação das companhias públicas à nova legislação, que exige o regime de licitação em contratos acima de R\$ 100 mil. A Petrobrás e suas sócias estão preocupadas com a mudança e já começaram a buscar alternativas.

Na semana passada, em evento na Federação das Indústrias do Rio (Firjan) para apresentar as mudanças nas regras de compras, o gerente de Suprimentos, Bens e Serviços da Petrobrás, Alex Bessa Lisboa disse que a petroleira ainda estuda como vai fazer as aquisições nos consórcios dos quais participa como sócia e admitiu que esse tipo de caso tem demandado atenção especial do departamento jurídico da estatal.

Lisboa não quis dar entrevista após apresentação. A assessoria de imprensa da Petrobrás, sem negar a declaração do gerente de compras, respondeu ao Estado/Broadcast que "continuará a observar todos os requisitos legais nos seus processos de contratação".

Representante de fornecedores locais, a advogada Julia Mota, sócia do Mota Itabaiana Advogados, diz que está acompanhando de perto essa movimentação da Petrobrás e que, se ela seguir esse caminho, pretende entrar na Justiça contra a petroleira. "A Petrobrás vai precisar se ajustar à Lei e melhorar a sua forma de dialogar com os fornecedores para evitar uma judicialização excessiva". Em sua opinião, "o ideal é que a empresa crie um canal específico de negociação para que as questões sejam resolvidas de forma consensual, evitando ações judiciais".

Para o advogado Paulo Valois, sócio do escritório Schmidt Valois, o "tratamento diferenciado" que a Petrobrás reivindica é legítimo. Segundo ele, a Lei das

Estatais prevê a dispensa de licitações em casos específicos, como de emergência ou que possam acarretar prejuízo. Fontes do setor afirmam que a nova legislação – ao exigir que as empresas públicas sejam mais transparentes e democráticas em suas compras – tende a deixar os processos de aquisição mais lentos, além de atrair fornecedores desqualificados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: TCU quer garantir cumprimento da nova Lei das Estatais

Ministro diz que não "será analista de jogos acabados" e defende implementação efetiva das novas regras

Responsável pelas auditorias da Petrobrás no Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Aroldo Cedraz diz que ao julgar a adequação das empresas públicas à Lei das Estatais "não quer ser analista de jogos acabados", em referência aos casos de superfaturamento de obras que só vieram à tona com as investigações da Polícia Federal, na Operação Lava Jato.

Como as novas regras ainda estão em fase de implementação, não há processo em análise no TCU envolvendo a Lei das Estatais. Por enquanto, existe apenas um acompanhamento, ainda sem julgamento, para garantir que as empresas públicas vão implementar de forma efetiva e no tempo adequado os mecanismos previstos na nova lei. Assim, o tribunal espera "solucionar problemas históricos de governança e gestão" das companhias, como informou por meio de sua assessoria de imprensa.

"Hoje, o TCU é exigente. Em função do que aconteceu (corrupção revelada na Operação Lava Jato), as flexibilizações são discutíveis. Tem que ser avaliado caso a caso", afirma o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) Adriano Pires. "Os grandes projetos em consórcio são prioritários para a Petrobrás e os sócios estrangeiros exigem certificação dos fornecedores. De uma licitação, qualquer empresa pode participar e, mesmo que não sejam vencedoras, têm o direito de impugnar a concorrência na Justiça e atrasar o cronograma dos investimentos. Isso vai exigir um esforço de negociação gigantesco da Petrobrás", afirmou o diretor da consultoria IHS Markit Carlos Rocha.

Investimento. A Petrobrás vai colocar 19 plataformas em operação deste ano até 2022, que respondem pela maior parte dos US\$ 60,3 bilhões que a área de Exploração e Produção da empresa vai gastar nos próximos cinco anos. Desse total, nove são desenvolvidos em parceria com outras petroleiras. Já nos primeiros meses deste ano, a companhia abriu concorrência para contratar

cinco unidades que vão ser instaladas em 2021 e 2022. Essas contratações não se enquadram à Lei das Estatais, porque tiverem o edital lançado antes do prazo legal de adequação, de 30 de junho.

Questionada se está correndo contra o tempo para lançar o maior número de editais antes de 15 de maio, prazo estipulado internamente para começar a seguir a Lei 13.303, a Petrobrás respondeu que "as contratações realizadas continuam aderentes ao cronograma de necessidades e alinhadas com o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2018-2022".

Investigação. A Petrobrás criou 13 comissões internas em 2017 para avaliar contratos suspeitos. Entre eles, dois envolvem o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) – um audita acordos firmados com o governo do Rio e outro investiga possíveis irregularidades em investimentos realizados com a Odebrecht e a Braskem no setor petroquímico.

A informação foi divulgada no documento 20-F, arquivado na norte-americana SEC, equivalente à Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) no Brasil. / F. N.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Luciana Collet

Título: Mercado aposta em nova proposta por Eletropaulo

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, poderá decidir amanhã se continua ou não na briga pela Eletropaulo. Já estava marcada uma reunião do conselho de administração da empresa para validar a última proposta feita pela distribuidora na terça-feira. Como a oferta foi superada pela da italiana Enel, o mercado aposta que a espanhola pode fazer uma nova investida.

Na terça-feira, a Neoenergia havia feito uma proposta de R\$ 25,51 por ação da Eletropaulo, mas poucas horas depois foi surpreendida pela oferta da Enel, de R\$ 28. Agora, se quiser fazer uma contraproposta, ela terá de elevar o valor para, no mínimo, R\$ 29,4 – que representa um acréscimo de 5% sobre a maior oferta, de acordo com as regras da operação.

Analistas de mercado acreditam ainda que possa surgir um novo grupo na disputa, que também contava com a Energisa. Foi a empresa que fez uma oferta pública de ações voluntária (OPA) e mudou os rumos das negociações. Mas, conforme nota na terça-feira, por ora, a empresa está fora da disputa. Ontem as ações da Eletropaulo continuaram em alta e fecharam cotadas em R\$ 27,89 – bem próxima da oferta da Enel.

Em fato relevante publicado no fim da noite de ontem, a Eletropaulo marcou o leilão das ofertas para 18 de maio. Assim, destaca a empresa, a Energisa deverá publicar aditamento ao edital da OPA original, prorrogando o prazo de sua oferta.

Carona. A forte competição pela Eletropaulo e a perspectiva de um rápido desfecho para a venda da empresa também animaram outras elétricas com ativos à venda, como Light, Cemig e distribuidoras da Eletrobrás. O otimismo vem da percepção de que os potenciais compradores estão com apetite por ativos no País. Além disso, o "leilão" pelo controle da Eletropaulo poderia se refletir em uma melhor perspectiva de preço para os outros ativos do setor. Os perdedores da disputa pela distribuidora paulista poderiam mostrar maior ímpeto comprador em outras oportunidades, visando garantir um papel relevante na consolidação pela qual o segmento passa neste momento.

Essa visão estaria beneficiando, por exemplo, a percepção de maior competição pelas distribuidoras da Eletrobrás localizadas no Norte e Nordeste, cujo leilão está previsto para junho. Entre as principais candidatas a participar estão Equatorial, que já confirmou o interesse nas distribuidoras da Eletrobrás, e a Energisa, que está de olho em empresas com atuação no Acre, Alagoas, Piauí e Rondônia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Decreto que inclui Eletrobrás no programa de desestatização poderá ser publicado hoje

Fonte no Palácio do Planalto informou ao **Valor** que foram aparadas as últimas arestas que impediam a publicação do decreto que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND). Com isso, ele somente não será publicado hoje se surgir algum problema no trâmite burocrático. Com a inclusão no PND, o governo poderá contratar os estudos necessários para a modelagem do negócio.

A publicação do decreto chegou a ser anunciada pelo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, em discurso na solenidade de posse no cargo, mas isso não aconteceu por "necessidade de ajustes", agora equacionados.

Ontem, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, assegurou, após participar de almoço com a bancada do PRB na Câmara, que o decreto deve ser publicado até o fim desta semana. "Precisamos dar continuidade aos estudos que estão sendo realizados", disse.

Marun tratou com os parlamentares sobre a necessidade de aprovar no Congresso os projetos de reoneração da folha de pagamento e a privatização da Eletrobrás. "Esperamos até maio ter isso sancionado. São propostas difíceis, por ser ano eleitoral, mas necessárias", disse o ministro.

Deputados governistas da Comissão Especial da Eletrobrás conseguiram aprovar nova rodada de audiências públicas para discutir a privatização, mas sem fixar uma data para apresentação e votação do relatório.

O governo tem sido surpreendido a cada semana com novas dificuldades na busca pela privatização da estatal. Na semana passada, foi preciso voltar atrás na decisão de publicar o decreto que inclui a empresa no PND por causa de ruídos gerados com lideranças da Câmara, incluindo o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Agora, Moreira Franco, um dos principais interlocutores nesse processo, tem a permanência no cargo contestada na Justiça Federal. Ontem, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) anunciou que a bancada do partido na Câmara protocolou ação popular contra a nomeação do ministro ao posto que assumiu há pouco mais de uma semana.

Segundo Braga, Moreira usa o cargo de ministro para se "blindar" de processos judiciais que correm em primeira instância. Argumenta que a ação está apoiada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) inaugurada com a decisão que invalidou a nomeação do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil durante o governo Dilma Rousseff.

O deputado lembrou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) analisa a validade da MP que criou a Secretaria-Geral da Presidência da República e conferiu ao órgão o status de ministério. Ao assumir a pasta, responsável pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Moreira passou a ter foro privilegiado. **(Colaboraram Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Camilla Maia | De Brasília e São Paulo

Título: Reive Barros, ex-diretor da agência, assumirá EPE

O engenheiro pernambucano Reive Barros dos Santos foi escolhido pelo governo para assumir a presidência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ele substitui o matemático Luiz Augusto Barroso, que deixou o cargo no início da semana passada. A nomeação oficial sai nos próximos dias.

Outros três nomes eram cotados para a sucessão na estatal: Joísa Campanher Dutra, do Centro de Regulação em Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Hermes Chipp, ex-diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e Ivan Camargo, ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-integrante da diretoria colegiada da Aneel.

Reive contava com o apoio do ex-ministro Fernando Coelho Filho para entrar na EPE. Ele é engenheiro eletricista e foi professor da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco. Trabalhou na Chesf e na Eletrobrás antes de ser indicado para a diretoria da agência reguladora, onde esteve entre 2014 e janeiro deste ano.

Com a sua nomeação, fica completa a equipe do novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. A saída de Coelho Filho, que retornou à Câmara para exercer o mandato de deputado federal, deflagrou uma debandada de técnicos da pasta. Barroso e o então secretário-executivo, Paulo Pedrosa, foram mentores de medidas como a privatização da Eletrobrás e a reforma do marco regulatório do setor. Por isso, o mercado recebeu com mal humor a saída dos dois, a pedido.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, a missão de quem estiver à frente da EPE é dar continuidade ao trabalho iniciado por Barroso. "O Reive tem experiência vasta no setor elétrico", elogiou o executivo. "Ele pode ter muito sucesso se empunhar o mesmo bastão [da gestão interior], porque a direção está lançada."

Um desafio, na avaliação de Sales, será obter uma proximidade maior com o ONS. "O planejamento e a operação do setor devem estar mais próximos. Uma visão de futuro distante é fundamental para que a operação seja boa, e vice-versa", acrescentou o executivo do Acende Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Em ofício, Aneel aponta risco em emendas à MP 814

Em ofício encaminhado ao deputado Julio Lopes (PP-RJ), relator da MP 814, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se posicionou contra todas as emendas ao texto original da medida provisória que têm impacto na venda das seis distribuidoras controladas pela Eletrobrás.

O ofício foi assinado pelo diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, e causou mal-estar na cúpula da agência. O **Valor** apurou que colegas de Rufino na diretoria

não participaram das discussões e manifestaram discordância com o envio das críticas sem deliberação prévia. O teor das observações também não é unânime.

Além das emendas que mexem com a Eletrobrás, o ofício aponta risco de repasse de R\$ 2,1 bilhões por ano aos consumidores de energia se for incorporado ao texto um aumento nos preços de fornecimento do gás natural às usinas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), criado às vésperas do racionamento de 2000.

Uma das térmicas do PPT, a Termofortaleza não pode ser acionada desde o fim de fevereiro porque a Petrobras não fornece o insumo. O preço fixado em contrato é de US\$ 4 por milhão de BTU (unidade de referência no setor), mas uma emenda do relator prevê atualização do valor para a média de mercado. A diferença entre o preço original e o atual, em torno de US\$ 7, iria para o Encargos de Serviços do Sistema (ESS) e seria compartilhado entre os consumidores.

"O consumidor não pode ser penalizado por divergências contratuais entre geradores e fornecedores de combustível", diz Rufino no ofício, manifestando-se pela rejeição da emenda em nome de toda a Aneel, o que desagradou setores da agência.

Nessa questão, por exemplo, algumas empresas afetadas sustentam que o custo de não fazer nada seria maior ainda, porque o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisaria acionar usinas térmicas bem mais caras. "São posições técnicas extremadas, que representam a visão do diretor-geral, e não a do colegiado", diz uma fonte da Aneel.

O ofício aponta pelo menos oito reflexos negativos para o processo de venda das distribuidoras a partir de emendas parlamentares apresentadas à MP 814. Uma delas prevê a manutenção de 90% do quadro total de funcionários das empresas por um prazo de cinco anos. Outra obrigaria o governo a realocar empregados em outras estatais do setor elétrico, incluindo a holding Eletrobrás, que também vai ser privatizada.

Algumas emendas ressuscitam a proposta de solução para o déficit hidrológico de geradores, que o **Ministério de Minas e Energia** tentou resolver, mas saiu do texto original da MP nos momentos finais de elaboração. "Fazer a alocação de risco para o passado, que já se configurou como prejuízo, ainda mais de uma regra definida há quase duas décadas, é inadequado."

Na abertura do ofício, Rufino diz que envia as contribuições a pedido do próprio relator, como forma de subsidiar os parlamentares.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Rosas | Do Rio****Título: Minério leva a recuo de prévia do IGP-M**

A desaceleração do Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) na segunda prévia de abril teve forte influência do atacado, mais especificamente do minério de ferro. Com peso de 5,3% no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) - que, por sua vez, representa 60% do IGP-M -, o minério de ferro caiu 11,25% na segunda prévia do mês, contra alta de 1,64% no mês anterior.

"Se não fosse pela soja e pelo minério de ferro, o IPA teria ficado no mesmo patamar do mês passado, na casa dos 0,8%", diz André Braz, economista e coordenador do IPC do Ibre-FGV. A soja, que tem peso de 5,4% no IPA, subiu 4% na segunda prévia de abril, depois de subir 4,96% em março. Na segunda prévia de abril, o IGP-M subiu 0,40%, contra 0,59% na mesma prévia do mês anterior.

Ainda no IPA, Braz cita algumas pressões de alta, principalmente nos bens intermediários. O diesel passou de -2,87% no mês passado para 6,3% agora, enquanto os óleos combustíveis passaram de -5,49% para 2,02%. Esses avanços no entanto, não foram suficientes para compensar o grande impacto do minério e da soja.

No varejo, a principal pressão veio da habitação, influenciada pela energia elétrica. Com peso de 3,25% no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que por sua vez pesa 3,25% do IGP-M, a tarifa elétrica subiu 1,35% na segunda prévia de abril, contribuindo para que a habitação passasse de 0,15% para 0,35% entre março e abril.

Outros pontos importantes de pressão no varejo são saúde e alimentação. Os medicamentos foram reajustados a partir de 31 de março, com média autorizada de 2,5%. Na segunda prévia de abril os medicamentos tiveram alta de 0,6%, depois de registrar -0,3% em março. "A pressão no IPC tem acontecido por conta dos preços monitorados", diz Braz, lembrando que os alimentos também exercem alguma pressão.

"Saúde, energia e alimentos vão comandar a aceleração do IPC entre abril e maio", diz Braz afirmando, porém, que não há riscos no horizonte de um choque de inflação para o consumidor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Eletrobrás adia venda de distribuidoras**

A Eletrobrás adiou para junho a previsão para a realização do leilão das seis distribuidoras. A meta anterior da empresa era realizar o certame em 21 de maio, mas a data será alterada porque o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio disse na terça-feira que o parecer órgão sobre a venda dessas empresas deve levar um mês para ficar pronto.

"O TCU [terça-feira] colocou um prazo de até um mês. Pode ser menos", afirmou ontem o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, antes de participar de reunião com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).

O executivo ressaltou a importância do aval do TCU para o negócio. "[Com a autorização do TCU] você evita judicialização. O processo é muito mais seguro. É um tempo bem investido."

Ferreira Junior acrescentou que a negociação com a Petrobras sobre a dívida de R\$ 20 bilhões da Amazonas Energia com a petroleira relativa à compra de combustível para geração de energia deve ser concluída até o fim deste mês. "De parte a parte, de Eletrobrás e de Petrobras, com participação na mediação do **Ministério de Minas e Energia**, está avançando. Espero que nos próximos dias a gente esteja fechando [o acordo]", disse.

Com o adiamento do leilão das distribuidoras, a Eletrobrás também deve adiar em um mês, passando para meados de julho, o leilão da participação em sociedades de propósito específico (SPEs) em eólicas e linhas de transmissão. O executivo contou que o edital do leilão da participação nas SPEs deve ser publicado até 15 de maio.

Sobre a privatização da holding, o executivo contou que a operação de aumento de capital que permitirá a privatização do controle da Eletrobrás deve ocorrer a partir de 15 de novembro.

"Não creio que seja possível, que seja adequado fazer isso [preparação da operação] em prazo inferior a cinco, seis meses. Essa possibilidade de a emissão ser em agosto não existe mais. Agora a opção é de [fazer] em novembro. Tendo a decisão referendada pelo Congresso [com relação ao projeto de lei de privatização da companhia], é uma questão de fazer as coisas que têm que ser feitas", afirmou.

Segundo ele, o BNDES, gestor do processo, fará a contratação dos assessores financeiros para a operação, a partir deste mês, mesmo sem a publicação de um decreto incluindo a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND). "De fato não precisamos disso [decreto]. Precisamos de uma autorização para [o BNDES] contratar os serviços. Imagino que a alternativa jurídica que dê cobertura a isso esteja saindo nos próximos dias e vai se fazer a contratação."

Com relação à tramitação do projeto de lei no Congresso, Ferreira Junior acrescentou que o ideal é que o texto esteja aprovado no primeiro semestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Privatização não sai antes das eleições, diz pesquisa

O mercado financeiro está pouco confiante na aprovação da venda da Eletrobrás antes das eleições, segundo uma pesquisa realizada pela XP com 61 gestores e analistas que acompanham de perto a tentativa de privatização da estatal. Para 85% dos entrevistados, a probabilidade de aprovação no Congresso do projeto de lei (PL) que trata da privatização antes do processo eleitoral é inferior a 50%, sendo que 16,39% deles veem como nula a chance.

Se há grande desconfiança na aprovação do PL, a chance de se concluir a privatização neste ano é considerada quase nula. Apenas 1,64% dos entrevistados diz ter certeza quanto ao fechamento da transação ainda em 2018, diz o documento, ao qual o **Valor** teve acesso. Para 40,98% dos entrevistados, a chance de conclusão do processo neste ano é nula.

A permanência de Wilson Ferreira Junior no comando da Eletrobrás até o fim de seu mandato, em abril de 2019, é "altamente provável" para 50% dos entrevistados. A possibilidade de sua permanência é maior que 50% para 77% dos consultados na pesquisa.

Não há, porém, uma direção clara com relação às expectativas sobre o desempenho das ações da estatal ao longo do ano. Para 32,79% dos entrevistados, as ações devem ter de queda de 10% a alta de 10% até setembro, antes das eleições.

A proporção de entrevistados que acredita na desvalorização das ações é maior, somando 44,27%. Um total de 27,87% dos respondentes vê queda de 10% a 20% no preço das ações da estatal, e 6,56% enxergam chance de desvalorização superior a 30%.

Esperam valorização de no mínimo 10% das ações 22,95% dos respondentes. Para 13,11%, o potencial de alta é superior a 20%.

A pesquisa também consultou os grandes clientes da XP sobre as mudanças no comando do Ministério de Minas e Energia (MME), com a saída de Fernando Coelho Filho (DEM-PE) do comando da pasta. A avaliação sobre a indicação de **Moreira Franco** para o comando do ministério é negativa para 84% dos respondentes da pesquisa. Já a nomeação de Marcio Felix, antigo secretário de Petróleo e Gás do MME, para o cargo de secretário-executivo da pasta, foi bem recebida para 62% dos respondentes.

Procurada, a XP informou que o objetivo do material não é apresentar um quadro definitivo, "mas fornecer elementos que ajudem nas análises sobre os possíveis desdobramentos de questões fundamentais para definir o futuro da companhia".

A XP reiterou ainda que o resultado da pesquisa, que foi feita entre 11 e 16 de abril, não representa sua opinião, mas a visão de gestores e analistas de gestoras de recursos que são seus clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras libera UTC, mas ainda mantém 17 em bloqueio

A Petrobras retirou no início deste ano a empreiteira UTC da lista de empresas impedidas de participar de suas licitações. Quarenta meses após instituir um bloqueio cautelar às empresas envolvidas nas investigações da Lava-Jato, contudo, a petroleira ainda mantém a suspensão de 17 dos grupos econômicos incluídos na medida cautelar.

Desde dezembro de 2014, a estatal incluiu 27 grupos no bloqueio, devido a citações de seus fornecedores no escândalo de corrupção investigado na Lava Jato. Já foram retirados da lista pela estatal empresas como Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia, que assinaram acordos de leniência com o governo.

A UTC, caso mais recente, assinou, no ano passado, acordo com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU), pelo qual se comprometeu a pagar uma multa no valor de R\$ 574 milhões.

Também já não constam mais na lista original do bloqueio cautelar as empresas Egesa, GDK, Jaraguá Equipamentos, Mendes Junior e Setal. Segundo a estatal,

TKK e Construcap, que tiveram seus processos arquivados pela CGU, também foram retirados da lista.

Por outro lado, ainda continuam impedidas de contratar com a Petrobras, por força do bloqueio: a Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, IESA, MPE, OAS, Odebrecht, Promon, Queiroz Galvão, Techint, Tomé Engenharia, Schahin, Sanko Sider e EIT.

A Alumini, Fidens e Skanska, que foram incluídas no bloqueio cautelar original, também permanecem suspensas das licitações da estatal. A suspensão, contudo, está relacionada a problemas na prestação de serviços específicos, e não mais à medida cautelar. A Fidens, por exemplo, foi suspensa em outubro, por dois anos, por problemas na execução da obra de construção do primeiro conjunto de edificações do Comperj, em Itaboraí (RJ).

A Petrobras esclareceu ao **Valor**, ainda, que "outras empresas que já firmaram acordo de leniência com as autoridades públicas estão passando por análise de integridade e poderão também, se for o caso, firmar termos de compromisso para serem retiradas da lista do bloqueio cautelar".

A expectativa no mercado é que uma das próximas desbloqueadas seja a Odebrecht, que está em fase final de um acordo de leniência com a CGU.

Desde que vieram a público as denúncias de corrupção investigadas pela Lava-Jato, a Petrobras passou a exigir programas de integridade dos seus fornecedores. A estatal já analisou o compliance de mais de 12 mil companhias, para atestar se elas são idôneas e alinhadas com a lei.

Para voltar às licitações da Petrobras, os fornecedores passam por um procedimento de "due diligence" de integridade e assumem, com a estatal, um conjunto de obrigações. Entre elas, segundo a petroleira, está a manutenção de um programa de integridade, em conformidade com a legislação anticorrupção.

Com base nos programas de cada empresa, a Petrobras atribui uma classificação de risco ao fornecedor - que é levada em consideração pela petroleira brasileira na hora da seleção das empresas que participarão de uma licitação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Cinco candidatos disputam vagas de minoritários no conselho da estatal

Cinco candidatos disputarão, na próxima semana, as duas vagas no conselho de administração da Petrobras reservadas para representantes dos minoritários ordinaristas e preferencialistas. A assembleia geral convocada para quinta-feira da semana que vem elegerá, ainda, os oito membros indicados pela União, a acionista controladora.

Dois nomes estão na disputa por uma vaga como representante dos detentores de ações ON: o economista Marcelo Mesquita, atual conselheiro e indicado à reeleição pelos acionistas Leblon Ações Master FIA, Leblon Icatu Previdência FIM e Ataulfo LLC; e o advogado Marcelo Gasparino, indicado pelo Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (ligado ao investidor Juca Abdalla), Banclass Fundo de Investimento em Ações e acionistas individuais.

Já para a vaga de representante dos preferencialistas estão na disputa a administradora Sônia Júlia Sulzbeck Villalobos (indicação do Leblon e Ataulfo); o advogado José Pais Rangel (Dinâmica Energia e Banclass); e o engenheiro Ricardo Reisen de Pinho (nome dos fundos de investimentos geridos pela JGP Gestão Patrimonial Ltda e pela JGP Gestão de Recursos). O trio disputa a vaga deixada por Guilherme Affonso Ferreira.

Por parte do acionista controlador, foram indicados oito nomes, sendo que cinco já ocupam um assento no conselho: o presidente do conselho, Luiz Nelson Carvalho; o presidente da estatal, Pedro Parente; o advogado Francisco Petros Papathanasiadis; o professor de engenharia Segen Estefen; e o contador Jerônimo Antunes.

Entre os estreantes no grupo estão a economista e consultora em sustentabilidade Clarissa de Araújo Lins; o engenheiro José Alberto de Paula Torres Lima; e a também engenheira Ana Lucia Poças Zambelli.

O único conselheiro indicado pela União a sair será Durval Santos, que permanece, contudo, como membro do conselho da BR Distribuidora, por indicação da própria Petrobras.

A assembleia da semana que vem deliberará também sobre uma mudança no estatuto social da companhia que permite o aumento do número de conselheiros. Hoje o limite é de dez membros, mas a proposta é elevar esse teto para onze integrantes.

Além dos dois representantes dos acionistas minoritários e das oito indicações do controlador, o conselho da Petrobras é composto também por um representante dos funcionários da estatal. O conselheiro eleito para o posto este ano foi o engenheiro químico Christian Queipo, que contou com o apoio da

Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), da qual é diretor administrativo, e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson | Financial Times

Título: Preços do níquel sobem 10%, maior alta diária desde 2008

O preço do níquel subiu 10% ontem, maior alta diária desde 2008, impulsionado pelos receios quanto ao fornecimento do metal pela Rússia depois das sanções dos Estados Unidos contra a produtora de alumínio russa Rusal.

A cotação do níquel chegou a subir para US\$ 15.875 por tonelada, maior patamar desde 2014. Segundo operadores, há temores de que se as sanções forem ampliadas possam atingir a produtora russa do metal Norilsk Nickel.

A empresa não foi incluída nas sanções anunciadas pelo Tesouro dos EUA neste mês e não há indicações de que a empresa venha a ser alvo. Ainda assim, os receios ganharam força depois de a Bolsa de Metais de Londres ter anunciado a exclusão de duas marcas de níquel da Norilsk Nickel, embora ressaltando que a decisão foi "inteiramente sem relação" com as sanções americanas.

"Anunciamos essas exclusões há seis meses porque a Norilsk Nickel deixou de produzir essas marcas", disse uma porta-voz da Bolsa de Metais de Londres.

A Rússia produz 10% da oferta mundial de níquel, metal usado para fabricar aço inoxidável e baterias de carros elétricos. Isso tem alimentado a preocupação de que o metal possa ter obstáculos para atingir mercados internacionais.

As cotações do alumínio valorizaram-se mais de 20% desde o anúncio das sanções contra a Rusal e seu fundador Oleg Deripaska. O níquel está "sendo vítima da síndrome Rusal", disse o fundador da corretora Kingdom Futures, Malcolm Freeman.

Isso poderia elevar os custos dos produtores de aço inoxidável e de baterias automotivas. O níquel é um ingrediente fundamental das baterias para veículos elétricos. "A turma do aço inoxidável vem sofrendo e poderia haver algumas rachaduras ali", disse o analista Oliver Nugent, do banco ING.

A alta no mercado de níquel também foi influenciada pela produção abaixo da esperada pela Vale. A mineradora divulgou, na terça-feira, que produziu 58,6 mil toneladas de níquel no primeiro trimestre, 25% a menos do que no trimestre anterior.

A Norilsk Nickel é uma das maiores produtoras de níquel do mundo e tem 25% do capital em mãos da Rusal. Ainda assim, analistas consideram improvável que a Norilsk Nickel venha a ser alvo de sanções. Ela também é uma grande fornecedora de paládio, metal crucial para a fabricação dos catalisadores de carros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Ibovespa encosta nos 86 mil pontos com Vale e siderúrgicas

O Ibovespa interrompeu ontem o movimento negativo e ganhou tração. Sob influência do cenário externo e elementos técnicos, o índice se aproximou dos 86 mil pontos, patamar que havia perdido no fim de março. Os receios no campo político ainda persistem, mas o nível de preços, atraente depois de sucessivas quedas no mercado, acabou estimulando "blue chips", como Vale e outras siderúrgicas, a buscar uma recuperação.

O principal índice da bolsa fechou em alta de 2,01%, aos 85.776 pontos, depois de ir à máxima no dia em 86.149 pontos. O giro financeiro foi forte, de R\$ 10,8 bilhões, influenciado especialmente pelo vencimento de opções sobre o Ibovespa.

Entre os papéis de maior peso no índice, a ação ordinária da Vale subiu 3,37%, a R\$ 47,48, enquanto siderúrgicas como Usiminas (alta de 8,01%, a R\$ 11,06), CSN (6,21%, a R\$ 9,23) e Metalúrgica Gerdau (4,34%, a R\$ 8,17) também fecharam no azul. Em dia de minério em alta, outras gigantes do setor tiveram ganho no exterior - Anglo American (alta de 6,15%), Rio Tinto (5,35%), Glencore (7,65%) e BHP (5,50%) valorizaram na bolsa de Londres.

O Ibovespa também se aproveitou da continuidade dos ganhos no mercado americano, embora o desempenho por lá não tenha tido tanto brilho. Dividido entre balanços e o avanço nos preços do petróleo, Wall Street ficou dividido: o Dow Jones, índices das principais empresas americanas, ficou perto da estabilidade, em leve queda de 0,16%, aos 27.748,07 pontos, enquanto o S&P 500 subiu 0,08%, aos 2.708,64 pontos. O Nasdaq avançou 0,19%, aos 7.295,23 pontos.

A alta das siderúrgicas no Brasil também ocorreu depois que as quedas recentes reforçaram a atratividade em termos de nível de preços. O intenso avanço é explicado também pelo fato de que tais papéis têm "beta alto", ou seja, tendem a seguir o sinal do Ibovespa, mas com uma intensidade maior.

A maior alta do dia ficou a cargo das ações da BRF (9,51%, a R\$ 23,04), que reagiram à informação de que Pedro Parente, presidente da Petrobras, é o nome de consenso para comandar o conselho de administração da empresa. "É um grande time para a BRF, se ele [Pedro Parente] entrar. É um nome de ótima avaliação no mercado", afirma Ari Santos, gerente da mesa de operações da H. Comcor. "E BRF está descontada, trata-se de um excelente estímulo para a negociação das ações."

Analistas técnicos ressaltam que o Ibovespa conseguiu, pela primeira vez no mês, romper a resistência de 85.600 pontos, o que pode representar um impulso importante às compras no curto prazo. Em relatório, o Itaú BBA afirma que o índice passou por algum tempo "congestionado" entre o suporte forte de 82.800 pontos e a resistência dos 85.600 pontos - o índice precisava superar esse patamar para ganhar força.

Entretanto, a euforia vista na bolsa foi um movimento pontual e não garante que o Ibovespa vá de fato caminhar rumo a novas máximas. O vencimento de opções sobre Ibovespa causou um desempenho atípico e o mercado ainda está totalmente à mercê do ambiente político. "Há posições em bolsa que tiveram que ser zeradas por causa do vencimento. Isso gera distorções e polui o movimento do mercado. É preciso tomar cuidado com o 'oba-oba' nesse momento", afirma Fábio Carvalho, chefe da área de equities da CM Capital Markets. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Negócios conectados

Autor: Carmen Nery | Do Rio

Título: Companhias de utilities ficam mais vulneráveis

A digitalização e a automação do setor elétrico trouxeram benefícios de maior eficiência, mas geraram um efeito colateral de colocar o setor vulnerável a ameaças cibernéticas. Marcelo Branquinho, CEO da TI Safe, empresa de segurança especializada em redes industriais, explica que, durante anos, as redes elétricas foram baseadas em sistemas eletromecânicos isolados. Com a automação e, mais tarde, a digitalização e a implementação das redes inteligentes, baseadas no conceito de smart grid, foram criados pontos de conectividade entre as redes e com o mundo, funcionando, ao mesmo tempo, como portas de entrada para ataques cibernéticos.

Especialmente após as invasões às redes elétricas da Ucrânia em 2015 e 2017, as empresas de utilities, no mundo todo, debatem formas de proteção e mitigação contra ameaças a suas redes. Segundo Dymitr Wajzman, presidente

do Utilities Technology Council América Latina (UTC LA), as empresas estão se digitalizando, substituindo medidores, relés, disjuntores hoje considerados Intelligent Electronic Devices (IEDs).

"Todos esses componentes eletrônicos têm comunicação bidirecional e processamento interno. Com isso, a superfície de equipamentos que têm possibilidade de ser atacados eletronicamente aumentou significativamente", resume Wajsman.

A UTC LA foi criada em 2013, no Rio de Janeiro, como uma afiliada da UTC USA, fundada em 1948. No início de abril, a entidade realizou, no Rio de Janeiro, o Seminário UTC AL Summit, reunindo geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia e fornecedores, para discutir os desafios tecnológicos, especialmente na área de segurança. Wajsman moderou o painel "Ataques Cibernéticos à Operação das Utilities - Ameaça ou Oportunidade".

Ele conta que o ataque na Ucrânia levou ao menos oito meses para ser ativado. O vírus entrou na rede e ficou meses no computador da vítima até descobrir as senhas de acesso dos sistemas de controle. Lá descarregaram o malware Dark Energy, que dispara chaves para ligar e desligar o sistema de energia. Isso afetou 250 mil famílias.

"O ataque cibernético afeta a rede elétrica e o sistema de comunicação", diz Wajsman.

Ele diz que o nível de digitalização das elétricas brasileiras já é alto, e esse é um processo irreversível e inevitável. O alarmante é que não há no Brasil uma legislação que obrigue as empresas a reportar incidentes, medir seu risco, nem adotar medidas de proteção. Hoje cada empresa tem seu próprio programa de proteção cibernética, especialmente as que têm controle externo, como Iberdrola, AES e Enel. As nacionais têm mais dificuldades.

"A UTC LA submeteu ao **Ministério de Minas e Energia**, há dois anos, proposta, em conjunto com o CPqD, para elaborar um Programa de Segurança Cibernética para o Setor Elétrico Brasileiro, que atenderia geração, transmissão e distribuição de todas as empresas", diz Wajsman. Para ser um programa setorial, a iniciativa seria liderada por concessionários e submetida à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para ser financiado com recursos das obrigações de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

"A ideia é fazer um benchmark internacional e nacional para criar as melhores práticas do setor elétrico e oferecer para a Aneel. Além de valiar os riscos e a maturidade de cada empresa e criar um centro de monitoramento. Estamos

negociando com três empresas que se dispõem a liderar o projeto", diz Wajsman.

Durante o seminário, um dos desafios apontados para a introdução das práticas de segurança nas redes elétricas é o fato de que - diferentemente da área de TI, já habituada a controles - na área de redes industriais e operacionais, a questão mais importante é a disponibilidade, e não é possível parar a todo momento para instalar controles e atualizações. George Almeida, consultor de segurança da Cisco, observa que as redes elétricas estão passando pela modernização de sistemas antigos, que não suportavam patches de atualização, e o mercado já se conscientizou de que precisa substituí-los.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Negócios conectados

Autor: Carmen Nery | Do Rio

Título: Ataque pode custar R\$ 7 bi diários ao setor elétrico

A cada minuto de interrupção no fornecimento de energia, o país perde R\$ 5 milhões. A cada hora, são R\$ 303,8 milhões. E num dia inteiro sem energia, são perdidos R\$ 7,29 bilhões. Os dados fazem parte do estudo "Impactos econômicos dos ataques cibernéticos no setor elétrico brasileiro e alternativas de mitigação", elaborado pelo CPQD. O relatório norteia a proposta que será apresentada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pela Utilities Telecom & Technology Council América Latina (UTC AL), em conjunto com empresas locais do setor elétrico, para o desenvolvimento de um programa de segurança cibernética para o setor elétrico.

O estudo avaliou o cenário global de ameaças e constatou que os ataques estavam sendo muito mais direcionados à área de infraestrutura, principalmente ao setor elétrico. "A grande causa é o aumento dos pontos de interconexão com a entrada das redes em projetos de smart grid e de automação, que ampliam a superfície vulnerável a ataques", diz Sérgio Ribeiro, pesquisador do CPQD responsável pelo levantamento.

Segundo Ribeiro, o ápice dos incidentes no setor ocorreu entre 2013 e 2015, e o mais relevante foi registrado na Ucrânia, em 23 de dezembro de 2015, considerado o primeiro ciberataque bem-sucedido em uma rede elétrica. Os hackers conseguiram comprometer os sistemas de informações de três empresas de distribuição de energia do país, interrompendo o fornecimento de eletricidade.

"Não há casos de ataques confirmados no Brasil, apesar dos boatos de que os apagões de 2005 e 2007 foram ataques cibernéticos, o que as autoridades

negam. Mas o setor no Brasil não está maduro. No exterior, a troca de informações ajuda a inibir ataques", diz Ribeiro.

Embora mais raros do que roubos de dados, os ataques a infraestruturas críticas são potencialmente mais destrutivos. O estudo do CPqD observa que os motivos dos ataques podem ser econômicos - fraude na medição, roubo de dados ou bloqueio ao acesso dos dados com pedidos de resgate (ransomwares) - ou políticos (ciberterrorismo, interrupção de energia, danos nos ativos da concessionária ou em outras infraestruturas críticas).

Os cálculos do estudo sobre os impactos econômicos das interrupções não levam em conta as perdas de receita das empresas de energia, mas as perdas para o país, considerando os prejuízos causados aos setores de serviços, indústria, administração pública, serviços públicos e economia rural. Ribeiro observa que, se toda a distribuição de energia for interrompida, afetando todos os setores, em um Estado como São Paulo, a perda seria de R\$ 1,5 milhão por minuto. Já a região metropolitana de Campinas (SP), que concentra cinco distribuidoras, teria uma perda por minuto de R\$ 120 mil, parando uma única região.

"O Brasil está em processo de digitalização, e as empresas estão preocupadas com cibersegurança, mas falta coordenação setorial. Concessionárias como Eletropaulo e CPFL têm atividades de segurança porque trazem essa cultura de suas matrizes, mas não há balizamento de melhores práticas para o país. Como o sistema é interligado, a falha em uma empresa pode afetar toda a rede", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Negócios conectados

Autor: Erivelto Tadeu | De São Paulo

Título: Petrobras reforça medidas contra vazamento de informações

Nos últimos anos, muitas empresas, especialmente aquelas com ações e outros ativos negociados em bolsa, passaram a atrelar suas políticas de segurança da informação às práticas de governança corporativa e até mesmo ao código de ética, com o propósito de se tornarem mais transparentes aos acionistas. Este é o caso da Petrobras, que vinculou seu programa de segurança ao "Guia de Conduta do Sistema Petrobras", que complementa o código de ética.

O guia traz orientações sobre o uso de redes sociais e corporativas, tratamento da informação, entre outros temas. A seção que trata do uso da rede corporativa e dos meios digitais contempla o uso correto do correio eletrônico, com a prevenção de propagação de riscos cibernéticos - como, por exemplo,

malwares, utilização indevida de credenciais, preservação da integridade da rede e seus sistemas.

O documento também orienta sobre o manuseio das informações (reprodução, divulgação, armazenamento, transporte, transmissão e descarte), além da observância dos protocolos de segurança para o uso de sistemas e equipamentos corporativos.

Recentemente, as medidas contra vazamento de informações foram revistas e reforçadas, o que culminou com o bloqueio do uso de mídias removíveis pelos funcionários, cabendo apenas exceções que são analisadas, caso a caso, pela área de Inteligência e Segurança Corporativa (ISC). A companhia possui ainda um processo de classificação de informação que é divulgado a todos funcionários.

"A Petrobras vem reforçando a infraestrutura tecnológica e incorporando soluções, de maneira a aumentar a confiabilidade e a robustez de sua rede de dados", enfatiza Roberto Murilo, gerente executivo de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC) da companhia.

E um bom termômetro para medir a eficácia desse trabalho, segundo o executivo, foi o aumento da capacidade de detecção e resposta a incidentes de segurança, que permitiu que a Petrobras passasse incólume pelo ataque global do ransomware WannaCry, que afetou diversas empresas ao redor do mundo no ano passado.

As políticas de segurança da informação em muitos casos são estruturadas em função do porte das empresas. Quanto maior a operação, mais detalhada e abrangente ela costuma ser.

A Telefônica/Vivo, por exemplo, que tem cerca de 34 mil empregados e está presente em mais de 4 mil cidades do país, elaborou um programa de segurança composto por quatro níveis: política, que define a segurança de forma ampla; norma, que estabelece as responsabilidades; regulamentos de segurança; e procedimentos e instruções de trabalho.

O diretor de segurança corporativa da companhia, Ruben Longobuco, explica que até o terceiro nível (regulamentos de segurança), a política é global e revisada constantemente, sempre que é identificada a necessidade e deve ser seguida por todas as empresas do grupo.

"No quarto nível, as orientações são adequadas nas unidades locais e revisadas periodicamente", afirma o executivo.

Na renovação mais recentemente, segundo ele, o terceiro nível, que também era desenvolvido em cada país e passou a ser corporativo. "Isto traz mais força para os regulamentos que passam a ser aplicados em âmbito global. Isso também garante maior homogeneidade para os indicadores de segurança (KPIs)", afirma Longobuco.

Um dos pontos principais da política da empresa é que os acessos às informações sistêmicas seguem processo centralizado de gestão, que conta com fluxo de aprovação para garantir que sejam devidos, segundo critério de acessos restritos às necessidades de cada função. Os funcionários assinam anualmente um termo de confidencialidade e o uso dos dados é monitorado.

MME / ASCOM .